

A CONDIÇÃO DE MACAU — ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL

*Luís Filipe Barreto **

**«...o povo português é, essencialmente, cosmopolita...
Ser Português no sentido decente da palavra é Ser Europeu...
Entendo por Europa principalmente a Grécia Antiga e o
Universo Inteiro...»
Fernando Pessoa**

I

Nos nossos dias, a falta de conhecimento objectivo é a fonte, por excelência, do erro e da falsidade. Em relação a Macau, no passado e no presente, a Sociedade e a Cultura Portuguesas manifestam uma grande falta de informação, uma ausência de conhecimento rigoroso.

Este vazio de saber é preenchido por uma mitológica imagem associada, essencialmente, a certos aspectos mais imediatos e parcelares. Não admira pois que Macau seja reduzida a «cidade do Jogo», da cultura física das «massagens» e da «árvore das patacas»...

E, no entanto, Macau é hoje, nos finais do século XX, o último grande desafio da Diáspora dos Portugueses no Mundo. O último andamento de um processo planetário, social e cultural, iniciado nos princípios do século XV. É, ao mesmo tempo, um laboratório único e paradigmático na História das Relações Internacionais e na comunicação entre o Ocidente e o Oriente.

* Professor auxiliar da Universidade de Lisboa.
Doutorado em Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa.

Este breve artigo quer contribuir para um melhor conhecimento da condição de Macau. Para um saber de natureza histórico-cultural que permita à sociedade e à cultura portuguesas contemporâneas, uma visão mais fundamentada da problemática de Macau. Uma visão que mostre Macau como uma das respostas que Portugal foi dando à pergunta «...para que existo eu como Nação? Que fim existo para servir na história da civilização e do mundo?...» (Fernando Pessoa).

Macau é, até 1999, território chinês sob administração portuguesa. Será, depois dessa data, durante cinquenta anos, uma região autónoma chinesa com um perfil socio-cultural próprio resultante da sua natureza internacional de mais de quatro séculos.

Macau é uma cidade-portuária asiática que nasceu e cresceu sob o efeito externo da presença europeia. Neste caso, de uma comunidade autónoma de comerciantes portugueses.

Outras cidades-portuárias nasceram ou cresceram na Ásia sob o efeito da presença europeia, casos, por exemplo, de Colombo, Makassar, Singapura, Xangai, Hong Kong. Mas todas estas cidades-portuárias tiveram uma existência autónoma que não ultrapassa o século e meio ou dois séculos.

A primeira grande diferença entre Macau e as outras cidades-portuárias, nascidas ou desenvolvidas na Ásia, a partir da presença europeia, é esta consistência temporal. Macau é a primeira e a última, tem mais de quatro séculos de vida, as outras menos de dois séculos de existência autónoma.

Múltiplas razões explicam esta condição única de Macau, esta longevidade de cidade autónoma asiática gerada pela presença do factor europeu. Gostaria de chamar a atenção para algumas que me parecem fundamentais e que constituem, ao mesmo tempo, outros traços de diferença de Macau frente à tipologia normal das cidades-portuárias asiáticas de raiz ou presença europeias.

Essas razões têm a ver com a origem, com o crescimento e o estatuto de cidade portuária.

Regra geral, as cidades portuárias asiáticas de matriz ou influência da expansão europeia são ou foram colónias. Estas cidades portuárias nasceram ou cresceram a partir de relações militares e políticas desiguais, entre estados ocidentais e orientais. Estas cidades-portuárias resultaram do poder de imposição de regras do jogo por parte dos estados não asiáticos. Expressam, ao longo dos séculos XVIII e sobretudo do XIX e parte do XX, o poder tecnológico, económico e militar da Europa Colonial na Ásia.

Macau tem a sua origem e processo de definição nos séculos XVI e XVII, numa época em que as relações entre os europeus e os asiáticos são bem diferentes. Nessa altura a diferença entre os poderes tecnológico, militar e económico da Ásia e da Europa é ainda bastante reduzida, ao contrário do que sucederá, em forma crescente, nos séculos XVIII, XIX e parte do XX com a triunfante civilização industrial europeia a invadir a Ásia.

No século XV os grandes poderes tecnológicos, militares e económicos do mundo estão na mão das Civilizações Islâmica e Chinesa. Os séculos XVI e XVII são de desafio da Europa ao Mundo. Desafio entre poderes civilizacionais ainda relativamente equilibrados e próximos, em especial, na relação Ocidente-Oriente.

No século XVI quando os Portugueses chegam aos litorais do Sul da China e do Japão possuem algumas vantagens tecnológico-militares, mas a diferença não é suficientemente grande para impor as regras do jogo político e económico.

Os Portugueses são então a vanguarda da Europa. Vanguarda em termos de tecnologia náutica, de poder de conhecimento geográfico-económico do mundo e de tecnologia náutico-militar. Mas esta diferença tecnológica entre os Portugueses e os outros Europeus e Asiáticos é mínima e não tem o peso que, no futuro, vão ter as diferenças de sistemas de tecnologia militar e de informação estratégica económico-política. E não tem esse peso porque as máquinas da época são essencialmente de madeira, a energia é a eólica e do trabalho dos homens e dos animais.

Não havendo entre os Portugueses, os Chineses e os Japoneses uma diferença de natureza tecnológica mas, tão só, estádios próximos de maior ou de menor desenvolvimento da mesma estrutura civilizacional nos campos da técnica e da organização político-militar e económica, os Portugueses não possuem condições para impor regras de jogo.

Então a diferença entre o Extremo Ocidente da Europa e o Extremo Oriente da Ásia, nestes factores de desenvolvimento dos poderes práticos, é mínima.

Os Europeus, neste caso e durante décadas apenas os Portugueses, possuem a vantagem tecnológico-civilizacional de serem a força dinâmica capaz de criar a ligação marítima, regular e contínua, do Ocidente com o Oriente. Mas esta vantagem é uma diferença de grau e não de estrutura, como prova, por exemplo, o facto de ao longo da primeira metade do século XV, as Caravelas Portuguesas viajarem na costa ocidental da África e os Juncos Chineses na costa oriental do mesmo continente. Neste contexto de uma mesma tecnologia dominada pela madeira e pela energia do braço humano, com diferentes graus de desenvolvimento, o factor demográfico é determinante.

No século XVI, Portugal possui cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes. No século XVII terá cerca de dois milhões. Os portugueses em processo de emigração para a África, a Ásia e a América são, no século XVI, cerca de 200 000 e, no século XVII, cerca de 400 000.

No século XVI, a China possui cerca de 100 milhões de habitantes e o Japão cerca de 16 milhões e terão, respectivamente, no século XVII, cerca de 150 e 18 milhões.

A diferença tecnológica mínima que em certos aspectos beneficia os portugueses é largamente ultrapassada pelo peso demográfico e espacial dos poderes chinês e japonês.

No quadro das forças da época, Macau não pode nascer e crescer pela imposição político-militar de um qualquer poder externo europeu sobre os poderes da Ásia-Pacífico, porque, ao contrário do que acontecerá no século XIX e parte do XX, essas forças político-militares são claramente favoráveis aos asiáticos.

II

Ao longo dos séculos XVI e XVII, os Portugueses e os outros Europeus que os seguiram nos mares da China (Espanhóis, Ingleses e Holandeses) não possuem, pois, condições para impor à Civilização Chinesa qualquer tipo de dependência, qualquer tipo de situação colonial.

Os Europeus ainda fizeram tímidos ensaios ou imaginaram projectos de conquista para uma situação colonial construída à base de uma aventura político-militar. Mas os fracassos dessas tentativas ou a desistência dos projectos de conquista mostram uma situação de desequilíbrio de poder a favor da força hegemónica da Ásia-Pacífico, a Civilização Chinesa.

Se Portugueses, Espanhóis, Holandeses e Ingleses, dos séculos XVI e XVII, não possuem poder político-militar, tecnológico, económico, para impor uma situação colonial ao Império da China, como foi então possível o aparecimento na foz do delta do Rio das Pérolas, de uma e só uma cidade-portuária internacional de matriz portuguesa?

Não tendo resultado da pressão colonial, político-militar, Macau nasce de um processo de mútuo interesse mercantil luso-chinês. For-mou-se como porto franco autónomo, mas não independente dos poderes centrais e oficiais chineses e portugueses. É um ponto de articulação de uma imensa rede de interesses marítimo-mercantis privados, subterrâneos e oficiais que liga o sul da China ao sul do Japão e à Carreira da Índia (Índico-Atlântico).

Não resultando de uma imposição portuguesa nem de uma derrota ou cedência chinesas, Macau surge como uma praça de serviços ao dispor do comércio internacional, dos séculos XVI e XVII. Como um ponto de convergência prática de múltiplos interesses locais, regionais e internacionais da Ásia-Pacífico e do Índico-Atlântico.

A criação desta rede de mútuos interesses, riscos e lucros, dá-se através de uma mútua aprendizagem luso-chinesa, durante a primeira metade do século XVI.

Macau não nasce de um tratado político internacional entre os poderes centrais da China e de Portugal. Não resulta de um acordo oficial entre as coroas de Lisboa e de Pequim, embora a sua existência só tenha sido possível por interessar e não hostilizar tanto a Lisboa como a Pequim, bem como a muitos outros poderes, em especial, micro-poderes locais e privados da Costa Sul da China e de litorais da Ásia-Pacífico.

Macau nasce, sobretudo, da conjugação de diferentes iniciativas privadas e locais. Iniciativas da comunidade mercantil portuguesa em afinidade com as comunidades marítimo-mercantis locais do sul da China e do Japão. A sua existência não como estabelecimento ocasional ou periódico, mas sim como realidade permanente, é uma necessidade trilateral de portugueses, chineses e japoneses. Trilateral aberta a outros, porque Macau é centro de uma rede de altos lucros e não menores riscos para todos os que nela participam.

Trata-se da existência de uma necessidade prática e por isso Macau tem, porque a soube criar, uma existência tolerada. Existência tolerada de uma cidade-portuária que vive, em termos internacionais, de uma situação ambígua, situação de semi-clandestinidade, na semi-oficialidade.

A pouco e pouco, entre as décadas de 50 e 80 do século XVI, uma aldeia piscatória chinesa passa a permanente instalação portuária luso-chinesa e a cidade-portuária internacional de matriz portuguesa. Para que isso acontecesse foi necessário criar e desenvolver uma teia de múltiplos interesses privados, locais, semi-oficiais. Fazer convergir toda uma rede de opostas realidades e forças unidas no micro-espço e na macro-rede da cidade-portuária autónoma de Macau.

A forma como se coloca o estatuto da soberania de Macau, nos séculos XVI e XVII, testemunha esta ambiguidade, ou se quisermos, pela positiva, esta invenção social e cultural de um pequeno ponto autónomo ao serviço do comércio e da comunicação internacionais da Ásia-Pacífico e do Oriente-Occidente.

Os testemunhos portugueses, dos séculos XVI e XVII, enunciam a flexibilidade e duplicidade do estatuto de Macau. Pela sua importância, vale a pena citar três documentos que, no meu entender, são suficientemente representativos.

Cerca de 1582, o anónimo **Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem no Estado da Índia** afirma: «...posto que a terra seja do Rei da China que nela tem seus oficiais que recebem direitos que ali se pagam, são governados pelas leis e ordenações deste Reino de Portugal...»

Quatro anos antes de ser a «cidade do nome de Deus» na China, Macau surge caracterizado como território chinês sob administração portuguesa. Administração, na prática, partilhada, em parte, com o poder fiscal chinês.

É bom lembrar que este estatuto de Macau como território chinês sob administração partilhada luso-chinesa surge num livro escrito para o novo Rei de Portugal, Filipe I. Livro que transmite uma informação verdadeira e actualizada da expansão portuguesa no mundo, porque relatório do poder central oficial, palavras enunciadas para o Estado Português do século XVI.

Olhemos agora dois documentos do século XVII, produzidos por Macau. São palavras do poder local que, em 1621, dizem: «... o rei da

China em particular é senhor da terra de Macau em que estamos...» e que, uma Carta do Senado de Macau de 1637 esclarece: «... não estamos aqui em terra nossa, conquistada por nós, como são as mais fortalezas da Índia onde somos senhores... senão na terra do rei da China onde não temos um palmo de chão, mais que o sítio desta cidade, a qual posto que é de nosso Rei, o dito sítio é do Rei dos chineses...».

As palavras da **Carta do Leal Senado** caracterizam, de uma forma bastante objectiva, o estatuto de Macau. Macau, ao contrário de outras cidades dos litorais asiáticos não é uma colónia portuguesa, não resulta de uma «conquista» político-militar dos portugueses. Em 1636, o Leal Senado, instituição municipal chave, caracteriza Macau como uma cidade portuguesa em território chinês, como uma realidade autónoma dos portugueses construída num espaço que «é do Rei dos chineses».

Macau só foi possível através da invenção luso-chinesa, de uma prática de soberania partilhada. Uma prática que, ao longo dos séculos XVI e XVII, foi encontrando os pontos de convergência e superando ou silenciando os focos de tensão e de possível conflito.

Na prática, Macau é, desde os séculos XVI e XVII, uma região autónoma especial da China, devido ao factor cidade-portuária internacional de origem e de matriz portuguesa, latina, ocidental.

É esta origem e estatuto de Macau, de mais de quatro séculos, que permite pensar o presente e o futuro, até meados do século XXI, como possibilidade de novas metamorfoses no quadro da sabedoria prática do encontro de interesses, riscos e lucros comuns. Encontros na estratégia de diluição da conflitualidade.

Macau é o exemplo de como a *diferença* pode unir. Diferença civilizacional entre o Extremo Ocidente e o Extremo Oriente dos mundos do mundo. Diferença entre os «nómadas» da civilização europeia e a bem «sedentária» civilização chinesa que se encontram numa pequena península do Extremo Oriente a partir de um processo iniciado numa península que é o rosto com o que a Europa fita, de Oriente a ocidente, o Mundo. Processo em que os Portugueses deram «...a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo...» (António Vieira) e que é o berço da Civilização Planetária em que viveremos, cada vez mais, no século XXI.

Em 1999, este território da China passa para a administração chinesa, mas Macau só continuará a «existir» enquanto pulsar como um zona franca de serviços de matriz também portuguesa, latina, europeia. Se por qualquer incapacidade ou impossibilidade históricas a cidade internacional for amputada, se deixar de haver na prática uma soberania partilhada agora, sino-portuguesa, Macau regressa à função que tinha no século XV, ou seja, torna-se de novo e tão só uma aldeia piscatória nas costas do Sul da China.

A invenção desta pequena cidade marítimo-mercantil autónoma situada nas costas do sul da China e administrada por portugueses exigiu uma estratégia de metamorfose: «... para fazerem esta paz nos

mudaram os nomes de frangues que dantes nos chamavam a portugueses de Portugal e de Malaca...» (Leonel de Sousa/1556). Uma capacidade de se assemelhar e de se miscigenar ao Outro Civilizacional Oriental «...nunca um verdadeiro português foi português; foi sempre tudo...» (Fernando Pessoa).

Macau, região autónoma, é também a construção de uma comunidade autónoma luso-asiática. São os Portugueses luso-indianos, luso-malaios, luso-chineses e luso-japoneses um constituinte fundamental de Macau desde as origens: «...os moradores da qual são quase todos portugueses e outros cristãos mestiços e naturais da terra...» (**Livro das Cidades**, cerca de 1582).

O peso destes portugueses nascidos na Ásia, de mãe oriental e de formação cultural, em parte também oriental, foi, em termos práticos, uma fronteira diluída e mais próxima da Civilização Chinesa. Foi, ao mesmo tempo, uma ponte capaz de traduzir as palavras, as ideias e os sentimentos. Ponte capaz de comunicar, ao longo dos séculos, no dia-a-dia, entre o Extremo Ocidente e o Extremo Oriente.

A presença desta comunidade luso-asiática no quotidiano social e cultural surge de uma forma difusa e, por isso, o seu peso e a sua função são mais silenciosos e silenciados que outros factores imediatamente mais visíveis.

Realidade silenciosa e silenciada mas não menos fundamental, como mostram dois exemplos histórico-culturais.

Em termos da cultura ocidental e de divulgação no Mundo, Macau é, pela primeira vez, registada, cartograficamente, numa carta de um luso-indiano (Fernão Vaz Dourado — **Carta da Ásia, de Ceilão ao Japão** no Atlas de 20 folhas de 1570) e deve a sua primeira planta a um luso-malaio, Manuel de Erédia, cerca de 1615.

A representação cartográfica de Macau está pois, desde as origens, marcada pela presença de cartógrafos portugueses nascidos na Ásia, de mãe oriental e de formação cultural também oriental. Ora, quem diz cartografia e geografia, diz saber nascido do comércio marítimo, do contacto com as rotas e os mercados, os produtos e os homens que permitem a acumulação e a precisão de conhecimento dos litorais da China, da Formosa, da Coreia e do Japão.

O outro exemplo não tem a ver com a cultura laica e prática, mas sim com a cultura clerical e religiosa.

Um levantamento quantitativo dos missionários jesuítas da Missão da China, desde meados do século XVI até 1662, mostra a existência de 136 portugueses de Portugal, 50 italianos, 22 espanhóis, 26 franceses, 31 portugueses de Macau e 21 asiáticos, do Extremo Oriente, quase todos formados em Macau.

Estes dois breves exemplos mostram que a cidade-portuária autónoma e internacional de matriz portuguesa, nas costas do Sul da China, é também uma pequena comunidade de luso-orientais. Comunidade luso-asiática que, ao longo dos séculos, foi a fronteira próxima e a pon-

te dos encontros entre os extremos do Mundo e, por isso, Macau foi o primeiro e durante séculos, o único centro intercultural Ocidente-Oriente.

Macau é pois uma invenção única das nações portuguesa e chinesa, encontrando-se para «*serem não só elas mas também todas as outras*» (Fernando Pessoa), para experimentarem, antes de todos os outros, o sabor e o saber da Condição Planetária.

Macau é um laboratório histórico-cultural das relações internacionais. Uma cidade autónoma asiática de matriz portuguesa com uma condição única devido à sua temporalidade, à sua duplicidade de estatuto externo mas não colonial e ao seu regime de encontro e de cruzamento de diferenças Ocidente-Oriente.

Macau é a resultante, por excelência, do nascimento da Idade Planetária que «... *transformou a face do Mundo e abriu a amplitude da terra à possibilidade conjunta da civilização...*» (Fernando Pessoa). Macau é o lugar onde as civilizações, ocidental e oriental, através da unidade na diferença, aprendem a ser e a fazer **Civilização (Planetária)**.